

# ***Globalização e neoliberalismo***

Roberto Amaral

Início esta intervenção narrando-lhes episódio que, brasileiro, é simbólico da tragédia que envolve nosso Continente. Faz poucos dias, às vésperas das comemorações do nosso dia nacional, o presidente da República de meu país, pressionado pela crise interna agravada pelo racionamento de energia e pela desvalorização do real, nossa moeda, e pela crise externa atribuída às dificuldades presentes da Argentina, proclamou, com toda a força de seus pulmões, dirigindo-se a um grupo de empresários:

– Exportar ou morrer!

Descontado o ridículo, a proclamação do Presidente brasileiro encerra a vulnerabilidade externa a que nossos países foram levados pela adoção irresponsável de um modelo de economia que, derivado de nossa dependência cultural, determinou nossa dependência econômica.

Nossos países, adotado o modelo da globalização, vivem à cata de divisas para financiar o déficit público, para financiar as importações, para financiar o serviço da dívida, até mesmo para financiar as exportações. A política de juros altos, que inibe a produção nacional, procura justificativa no esforço para atrair investimentos externos. Daí, abandonado o esforço de crescimento do mercado interno, de que dependera nosso desenvolvimento até aqui, o apelo quase fundamentalista às exportações. Porque cada vez mais recebemos cada vez menos pelo que exportamos.

Roberto Amaral é Presidente do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA e Professor da PUC-Rio.

Nunca será demais lembrar, como faz Celso Furtado (1989, p. 41), que os preços reais dos produtos do Terceiro Mundo apresentam tendência histórica declinante. Essa queda, que tem história de muitos anos, chegou a 20% entre 1989 e 1991.

Em face dessa brutal depreciação, nossos governos, dependentes, reflexos, só conhecem uma política, a saber, aumentar as exportações, e, para aumentar as exportações, contraem financiamentos externos para financiar a produção, aumentando duas vezes a dependência. Prisioneiro dessa lógica perversa, o Presidente brasileiro grita com todos os pulmões:

– Exportar ou morrer!

De um lado, a pressão das grandes potências ditando os preços internacionais de nossos poucos produtos exportáveis, de outro, nossos próprios governos, a pretexto de perseguir alguma competitividade no mercado internacional, vilipendiando o câmbio e reduzindo o valor dos salários dos trabalhadores, para baratear o custo da produção nacional, contribuindo assim para a concentração de renda e a exclusão social, causa e efeito de uma tragédia que, separando continentes e países, separa nossos povos em nossos países.

A queda dos preços e a tomada de financiamento externo formam a base da dívida externa, agravada pela política geral de importações. De um lado, do nosso lado, a abolição geral de toda sorte de barreiras, sem o dever de criar mecanismos internos prévios de proteção ao produto nacional e à nossa mão-de-obra; de outro lado, o protecionismo das grandes nações, as barreiras sanitárias e outras, como as não-tarifárias, em particular as injustas e arbitrárias legislações protecionistas mascaradas sob o rótulo de 'antidumping', são acionadas ao bel-prazer pelas administrações das nações industrializadas para proteger diferentes grupos de interesse de seus países. O protecionismo internacional atingiu seu mais alto nível com a criação da OMC, em 1995, e os Estados Unidos figuram como líder na adoção de

expedientes não-tarifários como forma de barrar as importações das economias emergentes, atingindo mesmo outros mercados, que não só os agrícolas, como é o caso do setor siderúrgico<sup>1</sup>.

É a dualidade da lógica imperial que faz com que os países dominantes possam recorrer ao protecionismo e aos subsídios que proibem aos países do Sul. Segundo o FMI, autoridade insuspeitíssima, os países integrantes da Organização de Cooperação Econômica para o Desenvolvimento (OCDE) desembolsam anualmente 365 bilhões de dólares para proteger seus agricultores.

O despudor europeu e norte-americano protegendo e subsidiando sua agricultura e sua indústria só encontra paralelo em nossa subserviência promovendo a redução unilateral das tarifas de importação.

Em nome da competitividade internacional, adotamos modelos de produção que exigem tecnologias intensivas de capital e excludentes de mão-de-obra. E assim, via endividamento, exportamos capital e emprego para o primeiro mundo.

E construímos o desemprego.

Segundo dados da OIT, o desemprego aberto (ou seja, aquele que não considera o desemprego oculto pelo trabalho precário, pelo lumpenato e pela indigência) só fez crescer em nosso Continente, de 1990 a 2000. Nesses dez anos, ele cresceu, na Argentina, de 7,5 para 15,4%; no Brasil, de 4,3 para 7,1%; no Chile, de 7,4 para 9,4%; na Colômbia, de 10,5 para 20,4%; no Uruguai, de 9,2 para 12%, e na Venezuela, de 11,0 para 14,6%<sup>2</sup>.

Em nome da globalização e da modernidade neoliberal, somos chamados a importar. Mas metade das importações brasileiras, e não deve ser diverso nos demais países, é paga com o endividamento externo. E assim aumentamos nossa dependência.

Reduzido o valor de nossos produtos de exportação, reduzido o universo de nossa pauta de exportações, predominantemente de *commodities*, entra em crise a produção industrial. Os poucos países do Continente

que conseguiram algum desenvolvimento industrial enfrentam grave crise, crise de sobrevivência, em face da impossibilidade de concorrência com o produto internacional. E assim, exportando menos, obtemos menos divisas do que necessitamos. E assim nos endividamos mais.

No Orçamento federal brasileiro, para 2002, no total de 637 bilhões de reais, nada menos de 336 bilhões, ou seja, 53%, são destinados ao pagamento do serviço da dívida.

E assim, ao invés de exportadores de manufaturados e absorvedores de investimentos externos, transformamo-nos, ao preço da pobreza de nossos povos, em importadores de bens e exportadores de capital, isto é, de excedentes gerados internamente e drenados como juros, lucros, serviços, pagamentos, devendo, concomitantemente, aumentar o esforço de poupança e reduzir o investimento interno. Enquanto isso, parte considerável da poupança disponível em todo o mundo, inclusive nos países periféricos e pobres, é transferida para o financiamento do enorme desequilíbrio da conta-corrente do balanço de pagamentos dos Estados Unidos, cuja dívida externa superava, em 1997, um trilhão de dólares, desequilíbrio estrutural que é a causa da drenagem, para sua economia, de mais da metade da poupança internacional.

Assim se explica, a observação é ainda de Furtado<sup>3</sup>, o esforço daquele país visando à criação de zonas de livre-câmbio, como o NAFTA, englobando os mercados norte-americano, mexicano e canadense. Mediante esses acordos, as indústrias norte-americanas recuperam a competitividade internacional, pois os salários monetários no México não passam de uma décima parte dos salários percebidos pelos operários norte-americanos. A vitoriosa experiência de integração com o México, isto é, de superexploração de sua mão-de-obra, é o paradigma ao projeto mais amplo de abarcar todo o hemisfério. Eis as razões da ALCA.

No caso brasileiro, e no caso da grande maioria de nossos países, as políticas de

estabilização de preços e de câmbio, adotadas, uniformemente, como regra fundamentalista, ditadas pelo alcorão do FMI, estão apoiadas em crescente endividamento externo.

Assim, por razões que nenhuma lógica consegue demonstrar, adotamos um modelo de desenvolvimento que nos impõe um brutal endividamento externo, de par com a queda do valor das exportações e da capacidade de adquirir divisas. Como consequência, a mesma lógica perversa do endividamento nos impõe as políticas de ajustamento, adotadas em todos os nossos países, segundo o mesmo receituário. Donde pobreza e endividamento.

Se todo o esforço do modelo é tendente a atrair capital externo, mesmo volátil, mesmo causando as crises que já foram vividas pela Rússia, pelo México, pelo Brasil e pela Argentina, a realidade mostra que esse capital, cada vez mais caro, está cada vez mais arredo. Segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, UNCTAD, 85% dos investimentos internacionais diretos ficaram entre os países do G-7. Estimativas construídas antes do 11 de setembro prevêem que o fluxo global de investimentos deve cair, em 2001, em cerca de 40%. Quaisquer que sejam os desdobramentos dos atentados nos Estados Unidos, é seguro afirmar que a liquidez internacional, principalmente os fluxos de capital dirigidos para os nossos países, diminuirá. Pode ser que um dia nossos governos compreendam que não deviam ter feito nossas economias depender tão completamente da poupança externa.

Em 1995, a dívida externa brasileira somava 159 milhões de dólares. Cinco anos passados, ela atingia 236 milhões, representando 15% do PIB.

Se esse processo de endividamento não for estancado, nossos países desaparecerão, pois todo o capital fixo deles estará alienado. Se não conseguirmos deter o processo de concentração de renda e de exclusão social, o Continente será submetido a um ciclo

de tensão que pode destruir a governabilidade. Mas a política de concentração de renda é fundamental para o modelo, pois gera o excedente necessário para pagar a dívida e os lucros dos investimentos externos.

O Presidente proclama:

– Exportar ou morrer!

Nossos países, que abandonaram as políticas de desenvolvimento do mercado interno e o financiamento de seu desenvolvimento basicamente com a poupança interna, na rota inversa do que fizeram China, Índia e alguns tigres asiáticos, enfrentam, é uma vez mais o caso brasileiro, taxas de crescimento que mal acompanham o crescimento populacional. Para 2002, a previsão brasileira, oficial, é de um crescimento de apenas 2,2% do PIB. Alguns analistas, porém, estimam que o crescimento do PIB ficará, em 2001, em 1% e que em 2002 será algo ao redor de zero (SAVASINI, 2001).

Uma economia de mercado não fundamentalista teria de aplicar, para sobreviver, um mínimo de regras autoprotetoras. Não seria necessário apelar para qualquer sorte de keynesianismo para adotar um mínimo ou um máximo de diretrizes públicas para proteger os pobres, países e povos. Mas que vemos na sociedade de mercado globalizado? Os países mais pobres desprotegidos em suas relações comerciais, econômicas e políticas com os países ricos.

O livre-cambismo, ou neodarwinismo, para não falar de livre canibalismo nas relações internacionais, assegurando a 'livre concorrência' entre as economias dos países pobres e subdesenvolvidos e as economias dos países ricos, abundantes em capital e tecnologia, isto é, a concorrência entre desiguais, favorável aos dominantes. Assim, ao invés do intercâmbio educacional ou de projetos de disseminação tecnológica, ou de diretrizes ecológicas e ambientais e incentivos médicos, o que conhecemos é a imposição, aos nossos países, de leis de patentes que virtualmente impedem ou dificultam nosso desenvolvimento científico, principalmente na área biológica. A recente discus-

são sobre a produção de remédios pelos países periféricos – opondo os interesses pecuniários dos laboratórios comerciais protegidos pela diplomacia dos países nos quais têm sede aos interesses da humanidade –, tanto quanto a oposição das grandes potências ao Protocolo de Kioto dão bem o retrato da visão que o primeiro mundo consumista tem do resto da humanidade.

A atual arquitetura econômica, financeira e política do mundo, imposta a todo o planeta por menos de meia dúzia de nações, incluindo suas instituições mais sacralizadas, como o FMI e o Banco Mundial, remonta à conferência de Bretton-Woods, de uma distante 1944. Aquela conferência, a antecipação capitalista e ocidental da partilha que seria comungada em Yalta (1945), refletia os interesses das grandes potências de um mundo do passado que insistia em sobreviver quando o futuro já estava sendo gestado. Aquela altura, a Ásia e a África, em sua quase totalidade, dormiam sob o colonialismo arcaico e a pobreza era justificada como fenômeno natural – que a Deus pertence –, como consequência da inferioridade racial dos pobres, por natureza destinados ao subdesenvolvimento, assim como, quase que por um determinismo histórico, derivado de seu desenvolvimento, os ricos eram destinados à riqueza, e, dela decorrente, ao controle do mundo.

Nesse mundo, ou no mundo de então, a democracia – em qualquer de suas modalidades – era um valor que navegava a milhas de distância de nossos Continentes.

É a essa realidade anacrônica que o atual modelo de globalização nos quer remeter. Trata-se de projeto tanto fácil de ser alcançado quanto transitou da guerra fria e de sua bipolaridade para uma geopolítica caracterizada pela uni-polaridade, tal a distância econômica, política, tecnológica, científica e militar dos Estados Unidos em face do resto do mundo.

Assim, em plena globalização, falecem os organismos internacionais – a começar pela ONU – e o diálogo é substituído pelo

*dictat* unilateral e a diplomacia pela intervenção militar. Finda a guerra-fria, emerge, fortalecida, a OTAN, que, lógica houvesse, deveria ter sucumbido em 1989, soterrada pelos escombros do muro de Berlim e o fim da União Soviética. O novo mundo talvez justifique mesmo a preeminência da via militar. O novo mundo, mais rico, é constituído de um número cada vez maior de países pobres; a pobreza abjeta de mais da metade da população precisa conviver em paz com a prosperidade sem precedentes de menos de 1% da humanidade.

O mundo unipolarizado, todavia, e por isso mesmo, não conheceu nem o progresso – como ente coletivo – nem a paz. Jamais se verificaram tantos e tão graves conflitos, envolvendo etnias, nações, países, povos, federações e consórcios de nações e exércitos. Mata-se em nome de Deus e da democracia, numa escalada de terrorismo que não conhece limites. E o terrorismo não pode ser reduzido a uma paranóia religiosa, pois ela perpassa a política das grandes potências e se enraíza em uma geopolítica que nem começou nem terminou com a guerra fria. Ao lado do terrorismo paranóide de grupos isolados, há o terrorismo racional e cartesiano de políticas de Estado. Na fonte da chocante continuação da violência e do desperdício, os interesses estratégicos das grandes potências, presentes em todos os conflitos, diretamente, neles atuando com suas tropas, ou com as de seus prepostos, ou indiretamente, fornecendo recursos, serviços de inteligência ou por meio do pornográfico comércio de armas, inclusive de minas antipessoais, comércio cuja proscrição é vedada pelos grandes países, que também vetam o Tribunal Penal Internacional, e rompem com o tratado antimísseis. A Cruz Vermelha Internacional estima em 110 milhões o número de minas espalhadas pelo mundo, na África (Angola, Egito, Moçambique, Somália, Sudão e Eritreia), na Ásia (Irã, Iraque, Afeganistão, China, Camboja e Vietnã), na Bósnia-Herzenovina, na Croácia e na Ucrânia. Segundo a mesma Cruz Vermelha,

elas já mataram mais de 1 milhão de pessoas. E continuarão matando civis, findas as guerras e as invasões, em face do alto custo de sua desativação.

Não sem razão, os cinco maiores exportadores mundiais de armas são os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, respondendo por nada menos de 86% das armas exportadas. Em 1999, o comércio de armas mobilizou 53,4 bilhões de dólares. Os Estados Unidos, evidentemente, são os maiores exportadores, respondendo por 49,1% desse mercado, seguidos pelo Reino Unido (18,7%) e pela França (17,6%). Nesse mesmo ano, os gastos mundiais com defesa, contabilizados, somaram 809 bilhões de dólares.

Nos últimos 50 anos, os Estados Unidos gastaram sete trilhões de dólares em defesa (VIDAL, 2001, p. E -9).

Quanto foi gasto na erradicação da fome? Não se tem registro.

O empobrecimento do mundo, o crescimento da pobreza e da exclusão, os conflitos, e a nova geopolítica militar e o esvaziamento dos organismos internacionais servem a que e a quem?

À construção de um modelo econômico que é também um modelo político e cultural, um modelo de civilização dos *jeans* (e das *baggy pants*), da coca-cola e do McDonald's, do individualismo e da intolerância, do poderio e do mando, a civilização do cinema e da guerra; é a sociedade norte-americana com seus índices conspícuos de consumo instituída como princípio e fim de toda a história humana, é a universalização do modelo de uma sociedade do qual nos transformamos em caudatários, em seus gostos e desgostos, em suas paixões e em seus ódios, em seus valores; dependentes de seu modelo cultural, de sua visão de mundo, de seu avanço científico e tecnológico, dependentes, até, de sua língua, de seus olhares, de sua visão de nós mesmos, porque é através de seu cinema e de sua televisão, é através de sua mídia e de suas agências de notícias que nós, os latino-america-

nos, nos vemos, nos olhamos, nos tocamos. Multiplicam-se os meios, mas o conteúdo é homogeneizado, a programação é estandarizada e nossos corações e mentes são construídos pela unilateralidade ideológica que reflete a concentração do capital – econômico, político, militar, cultural, científico e tecnológico –, fundamento subjetivo e objetivo de uma dominação simbólica – universal, global, planetária e quase sideral – sem precedente, que se exerce por todos os meios, sobretudo pelos meios culturais, sobretudo através do domínio do noticiário e da mídia de uma forma geral, ela própria um instrumento das grandes agências internacionais, instrumento dos interesses objetivos que dão sustentação ideológica à cartilha neoliberal.

Para ter acesso a qualquer informação do que ocorre no Equador ou no Peru, ou na Argentina, os brasileiros dependem da boa vontade das agências de notícias internacionais e da CNN. É através de sua ótica – de sua visão de mundo e dos interesses que representa – que somos informados da crise do Oriente Médio, da guerra dos Balcãs, da Guerra do Golfo, é através de sua ótica, e dos interesses estratégicos que representa, que somos informados e levados a fazer opinião sobre Cuba e o que ocorre na Venezuela.

A primeira consequência dessa globalização é a concentração da riqueza em um mundo do qual a maioria da humanidade está excluída, impondo-se a irrecorrível divisão do planeta entre os que pertencem ao futuro e os que ficarão permanentemente no passado, sabendo-se que no Primeiro Mundo ficarão concentradas as atividades criativas, inovadoras, a produção da ciência, da informação e da tecnologia, enfim, do conhecimento, isto é, os instrumentos modernos de poder e dominação.

Em 2000, o PIB dos países integrantes do G-7 somava 67 trilhões de dólares; o PIB de todos os países do MERCOSUL mais o Chile e o México somava 1 trilhão e meio de dólares.

Como o processo se dá, por definição, de forma globalizada, assim são seus efeitos: a

emigração forçada e a constituição de um exército de reserva mundial formado por desempregados, emigrantes clandestinos etc, que coloca todo o seu peso sobre a mão-de-obra nacional, ela mesma precarizada, e sobre seus salários, vilipendiados, e sem defesa, com o esvaziamento político dos sindicatos, construindo uma humanidade de párias vagando em um Estado privatizado, do qual foram retiradas suas funções sociais, a defesa do emprego, a defesa da saúde, sem previdência social, sem seguridade social, um Estado sem mesmo capacidade de intervenção em sua própria economia. O avanço da globalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos determina o esvaziamento dos sistemas econômicos nacionais e dos Estados, aos quais faltarão meios para determinar seja sua política econômica, seja sua política tecnológica, seja sua política de produção, pois todas elas estarão sendo decididas nas sedes das multinacionais que operam em seus territórios. A um tal Estado assim enfraquecido sobrarão as áreas sociais e culturais, aquelas fortemente limitadas pela vitória do liberalismo e, dela conseqüente, da desregulamentação. Consolidado esse modelo de globalização, seremos, serão nossas sociedades progressivamente privadas de toda independência econômica e cultural em relação à potência dominante.

E agora, o que fazer?

Busquemos alternativas.

A globalização poderia ser definida como um processo histórico que não é nem novo nem exclusivamente ocidental; desenvolvendo-se desde sempre, vem progredindo, século após século, por meio de viagens, comércio, migração, difusão de influências culturais e disseminação de conhecimentos (envolvendo, por exemplo, a ciência e a tecnologia). Nem sequer é puramente ocidental. Se no final do último século seu movimento seguia a rota do Ocidente para o resto do mundo, no começo do segundo milênio era a Europa que recebia a ciência e a tecnologia de chineses e a matemática ára-

be e indiana (SEN, 2001, p. 8). Entre um pólo e outro, nos séculos XV e XVI, as grandes navegações foram notável esforço de império comercial, político e cultural. Mais recentemente, a Revolução Francesa tentou universalizar o poder burguês e o liberalismo (e concomitantemente os direitos do cidadão), realizando no mundo, isto é, no Ocidente, e de forma mais irrecorrível, as transformações políticas que afinal asseguraram a vitória da burguesia, e a ideologia do iluminismo, que se fez universal, sobre aquelas forças que insistiam em manter presas a economia e a política. Destruindo o autoritarismo monárquico, derrotando a nobreza e o feudalismo, a Revolução Francesa se completaria, de forma objetiva, com a Primeira revolução industrial, ponto de partida para a universalização do capitalismo como regime político e teoria de valores.

Dessa globalização pode-se dizer que se trata de imperativo histórico que condiciona a evolução de todas as economias atuais. Derivada remotamente das grandes descobertas e do comércio mundial, é a globalização dos sistemas produtivos, alimentada pela revolução tecnológica.

A globalização de que tratamos aqui, porém, não é fenômeno nem natural nem histórico – no sentido de desdobramento inevitável –, mas a metáfora do neocolonialismo. Trata-se da globalização dos fluxos financeiros e monetários e ocorre nos centros de poder que se estruturam no mundo desenvolvido, Estados Unidos, União Européia e Japão.

A globalização de que tratamos aqui não resulta de geração espontânea, nem é o resultado de um processo de evolução natural nem atende a necessidades históricas. É produto do trabalho prolongado e constante de uma imensa força de trabalho intelectual, concertado e organizado em verdadeiras empresas de produção, difusão e intervenção (BOURDIEU, 2001, p. 8).

A diferença entre uma e outra acepções são a desigualdade, a pobreza abjeta, de países e de povos, e a riqueza sem prece-

des concentrada em poucos países e segmentos populacionais desses países.

Essa é a diferença fundamental, mas não é a diferença toda, porque a globalização, finalmente, golpeia o modelo ocidental de democracia representativa, esvaziando as funções tanto dos Parlamentos quanto dos Executivos, isto é, dos poderes constituídos com base na soberania do voto, esvaziamento que se dá, seja pela transferência do poder de decisão para multinacionais e organismos internacionais, seja, no plano nacional, pela transferência de poderes de governo para agências reguladoras.

O subdesenvolvimento, que é a nossa doença, não se curará, porém, simplesmente com os remédios oferecidos pelas leis do mercado, mas sim com a ação de um Estado nacional que possa construir e pôr em execução, como projeto político, a erradicação da pobreza. Longe de qualquer contradição, afirmamos que o Estado nacional é uma exigência da globalização, porque só um estado nacional forte, legítimo e legitimado pode fazer face aos desafios da mundialização e ao dever de preservar o projeto nacional. A globalização dos fluxos monetários e financeiros exige rigoroso constrangimento, de sorte que as empresas multinacionais sejam levadas a respeitar as prioridades nacionais que, no caso de nossos países, devem-se voltar para o fortalecimento do mercado interno e da oferta de emprego. O avanço das tecnologias, a informática, a automação, a robótica, exigem a presença do Estado e a adoção de políticas sociais tendentes a proteger o trabalhador.

O objetivo da política, portanto do Estado, é a realização dos fins sociais. E não há como realizá-los sem a produção e a distribuição da riqueza nacional. A abertura ao mercado internacional, a vanguarda tecnológica, tanto quanto a eficiência econômica, são meios. Para essa reforma precisamos do Estado, de um Estado refeito, desprivatizado, voltado para os interesses gerais da sociedade, com condições de intervir em benefício do bem comum.

Esse novo Estado haverá de enfrentar o problema da fome e da sub-alimentação, da segurança pública, das epidemias e das doenças contagiosas, terá de concentrar os investimentos no fator humano para poder conciliar a globalização com a criação de emprego, dirigir os investimentos no sentido do fortalecimento do mercado interno, controlando, a partir do interesse nacional, as decisões que dizem respeito à economia, ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Para superar a clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento é necessário que se conjugue uma vontade política – que exige Estados democráticos e participativos – com condições objetivas já oferecidas por muitas de nossas sociedades; exige uma ampla discussão nacional que conjugue pesquisadores e militantes apoiando-se no Estado, mas num Estado modificado, apoiando-se nos sindicatos, mas em sindicatos modificados; uma força de contestação que repouse na mobilização do capital cultural, o que implica a democratização de nossas instituições, profundamente autoritárias.

Recentemente, pelas razões sabidas e que não precisam ser rememoradas, pela dor que sua reiteração nos provoca, o Presidente dos Estados Unidos declarou o início da primeira guerra do terceiro milênio. Esqueceu-se de que estamos em guerra contínua em todo o mundo, no Oriente Médio, talvez a mais grave delas, no Iraque, no Afeganistão, na antiga Iugoslávia, nos Bálcãs, na Chechênia, na Irlanda, na Espanha e na África. Neste continente, todas as formas de guerra, a guerra clássica, a guerra de guerrilha, e a guerra da fome e das epidemias que mata quase tanto quanto as minas deixadas pelas tropas ocidentais. Na América

Latina, na Colômbia tenta-se internacionalizar uma guerra fratricida.

Há um ditado espanhol que diz que não se deve criar um corvo porque, quando ele cresce, come os olhos do dono.

É evidente que não se pode analisar a tragédia da terça-feira 11 de setembro como um fato autônomo, e seria muito bom para a humanidade, e para o Ocidente, que os responsáveis pela reação militar reavaliassem a atual ordem internacional, que não pode sustentar-se, porque, destruindo metade do mundo, está cavando a fossa de seu próprio ataúde.

O mundo está solidário contra a barbárie do terrorismo, inimigo da humanidade, tanto quanto contra a fome, não mais nem menos.

#### Notas

<sup>1</sup> Cf. *Gazeta Mercantil*. O nefasto protecionismo dos ricos. São Paulo, p. A-2, 18 jul. 2001.

<sup>2</sup> Esses dados, assim como os relativos a armamentos, estão em *Almanaque Abril*: edição mundo 2001. São Paulo: Abril, 2001. p. 23, 50.

<sup>3</sup> *Idem*. p. 30.

#### Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FURTADO, CELSO. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

SAVASINI, José Augusto Arantes. Como fica o jogo após a perda das duas torres. *Gazeta Mercantil*, 18 set. 2001.

SEN, Amartya. A pressa e a retórica do conforto. *FSP*, p. 8, 9 set. 2001.